

MP cobra na Justiça o Plano de Saneamento de São Carlos de 2022; Saae alega “complexidade”

Em ação, Promotoria do Meio Ambiente classificou como “inércia” demora da autarquia em elaborar planejamento

[Bruno Moraes](#)

O Ministério Público abriu uma ação civil para que a Justiça obrigue o Saae a iniciar os processos de preparação de um Plano Municipal de Saneamento Básico.

A Vara da Fazenda Pública determinou a realização de audiência de conciliação, seguindo pedido da Promotoria do Meio Ambiente.

Conforme a ação movida pelo Ministério Público, lei federal datada de 2020 estabelecia a conclusão do plano municipal em dezembro de 2022, mas desde então, o Saae São Carlos vem postergando a contratação de escritório para elaboração do projeto.

Passados 17 meses desde o vencimento do prazo, “o Saae São Carlos sequer fez a previsão orçamentária para iniciar, neste exercício de 2024, o procedimento licitatório para a contratação da empresa que irá elaborar o referido plano”.

A promotoria pede que o Saae seja obrigado a concluir e submeter aos conselhos municipais de Desenvolvimento Urbano (Condusc) e de Meio Ambiente (Condema) o termo de referência para a contratação da empresa que fará o plano municipal.

O MP ainda pede a inclusão da despesa no Orçamento de 2025. A contratação da empresa deve ocorrer, mais tardar, até 31 de março do ano que vem.

O Ministério Público também requer à Justiça que seja estabelecida multa diária de R\$ 1 mil, “até o limite de R\$ 3 milhões”, caso haja o descumprimento.

Saae “inerte”, diz MP

Na inicial que pede a ação, o Ministério Público afirma que já acompanhava a questão do Plano de Saneamento Básico, em 2023, mas em respostas enviadas pela autarquia na época pode se verificar “que não houve nenhum avanço nas tratativas”, mesmo com a minuta do termo de referência para a licitação já ter sido feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

“Foi realizada reunião presencial com o presidente do Saae [Mariel Olmo], na qual foram discutidos os termos de um ajustamento de conduta preliminar contendo o prazo para a finalização do termo de referência”, mas, após receber a proposta de Termo de Ajustamento de Conduta para análise e assinatura, “a autarquia se manteve inerte, tornando necessária” a propositura da ação civil pública, afirma o MP.

O que diz o Saae?

Em nota, o Saae afirmou que “tem ciência” do compromisso legal e “que não foi concluído, ainda, por tratar-se de tema de grande relevância e complexidade”. “Por isso, exige compartilhamento e consenso de diversos agentes e setores dentro do Saae, uma vez que deve seguir diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento Básico”.

“O Saae deixa claro que, como sempre, aceita e respeita todas as orientações e cobranças do MP e faz todo empenho e dispensa o máximo esforço para atendê-las, quer na forma de respostas ou execução de ações e serviços”, finaliza a nota.

Quer ficar ligado em tudo o que rola em São Carlos? Siga o perfil do acidade on São Carlos no Instagram e também no Facebook.

Receba notícias do acidade on São Carlos no WhatsApp e fique por dentro de tudo! Basta acessar o link aqui.

Faça uma denúncia ou sugira uma reportagem sobre São Carlos e região por meio do WhatsApp do acidade on: (16) 99149-9787.

<https://www.acidadeon.com/saocarlos/cotidiano/mp-cobra-na-justica-o-plano-de-saneamento-de-sao-carlos-de-2022-saae-alega-complexidade/>

Veículo: Online -> Site -> Site A Cidade ON - São Carlos/SP